

# **RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA**

**Aplicabilidade de bases conceituais das  
Ciências Humanas e Sociais  
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira  
Norma Valencio  
Mariana Siena  
Marco Antonio Malagoli  
(Organizadores)**

*RiMa*

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências  
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



**Antenora Siqueira**  
**Norma Valencio**  
**Mariana Siena**  
**Marco Antonio Malagoli**  
(organizadores)

*RiMa*

2015

© 2015 dos autores

## Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

## Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.  
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.  
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.  
I. Autor. II. Título.

### COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

*RiMa*

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo:** Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana:** Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline\_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira:** Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro:** Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati:** Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo:** Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro:** Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento:** Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas:** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga:** Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes:** Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes:** Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa:** Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes:** Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori:** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio:** Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Leticia Aparecida Rocha:** Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo:** Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço:** Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa:** Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli:** Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias:** Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento:** Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio:** Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei:** Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo:** Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim:** Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella:** Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sपोर्टella@gmail.com

**Simone Santos Oliveira:** Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes:** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta:** Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx



# Sumário

Apresentação .....	xi
--------------------	----

## Seção I

### **Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências**

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização .....	3
<i>Luciano Lourenço</i>	
La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción .....	45
<i>Virginia García-Acosta</i>	
Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas .....	57
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa .....	79
<i>Norma Valencio</i>	

## Seção II

### **Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares**

Reino da necessidade <i>versus</i> reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres .....	123
<i>Dora Vargas</i>	
O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 .....	141
<i>Juliana Nazareno Mendes</i>	
Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé .....	161
<i>Arthur Soffiati</i>	
A liberdade se equipara à vida .....	187
<i>Sergio Portella</i>	
Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia .....	205
<i>Marco Antonio Sampaio Malagoli</i>	

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres ....	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) .....	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro .....	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) .....	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos .....	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água .....	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes .....	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre .....	373
<i>Juliana Sartori</i>	

### **Seção III** **Interpretações do meio técnico e da** **sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres .....	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo .....	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão .....	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) .....	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum .....	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico” .....	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra” .....	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ .....	509
<i>Edison Pessanha</i>	



# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de



Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



# **Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres**

**Marcello Silva da Costa**

---

## **Introdução**

Este texto tem por objetivo apresentar os principais indicadores e paradigmas que direcionam ao emprego do serviço cristão que busca trazer alívio à vítima de desastre. Os conceitos e definições sobre Capelania no Brasil NÃO são comuns. Cada segmento organizado da sociedade, que presta assistência espiritual em áreas específicas, tem sua forma de definir e conceituar Capelania.

## **O que é Capelania?**

Capelania é um serviço de assistência espiritual.

O serviço de capelania pode ser prestado em qualquer segmento organizado da sociedade. A Capelania pode ser exercida no segmento militar, hospitalar, educacional, prisional, pós-desastre, eclesiástico, empresarial e em outros.

## **Conceitos outros de Capelania**

Capelania é dar assistência espiritual em regimentos militares, hospitais, presídios, asilos, conglomerados, escolas e a carentes de tal ministério (ESABI, 2009).

Capelania hospitalar é levar esperança aos aflitos, quando estes relatam suas dores e medo aos ouvidos atentos de quem experimentou na pele a dor e a perda. Um *trabalho humanitário de solidariedade*, uma tênue luz de esperança, confortando e ajudando o enfermo a lidar com a enfermidade, a engajar-se no tratamento médico indicado e até mesmo a se preparar para enfrentar a morte, quando não há expectativas de cura (ACEH, 2008).

Capelania Pós-Desastre é um sistema de atendimento que busca prestar à comunidade um serviço profissional de aconselhamento e oferta gratuita de mão de obra, em especial nas horas de crise, visando amparar e proteger a vítima no pós-desastre, orientando-a até seu reencontro com o período de normalidade (SENCAP, 2008).

## Quem é o Capelão? Qual é sua missão?

Capelão *é um ministro religioso* autorizado a prestar assistência religiosa e a realizar cultos religiosos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações. Ao longo da história, muitas cortes e famílias nobres tinham também seu capelão.

O Capelão, *integrante da equipe multidisciplinar de saúde*, é uma pessoa capacitada e sensível às necessidades humanas, dispondo-se a dar ouvidos, confortar e encorajar, ajudando o enfermo a lutar pela vida com esperança em Deus e na medicina. Oferece aconselhamento espiritual e apoio emocional tanto ao paciente e seus familiares quanto aos profissionais da saúde. É importante elo com a comunidade local (ACEH, 2008).

Capelão *é o sacerdote*, a quem se confia de modo estável o cuidado pastoral, ao menos parcial, de alguma comunidade ou grupo peculiar de fiéis, que deve exercer segundo as normas do direito universal ou particular (cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, cân. 564).

Capelão Pós-Desastre é um cristão *profissional idôneo, treinado e habilitado*, que espontaneamente presta serviço *não remunerado*, dedicando parte de seu tempo disponível às necessidades de uma causa ou de uma comunidade vitimada por desastre, comprometendo-se a dispor de seus conhecimentos e talentos, de forma solidária, desinteressada e responsável, a fim de exercer ações humanitárias destinadas a evitar desastre e/ou trazer alívio à vítima consequente deste (SENCAP, 2008).

## Serviço de Capelania Pós-Desastre (SECAP)

O Serviço de Capelania Pós-Desastre (SECAP) foi criado por iniciativa do Cel BM Sérgio Simões – Subsecretário Adjunto de Operações (SUSOP) da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC/RJ), inspirado na Associação dos Homens Batistas do Texas, EUA (TEXAS BAPTIST MEN, s/d), sob os paradigmas do Programa Permanente de Proteção Comunitária (PPPC) e do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDEC), estabelecido (à época) pelo Decreto Estadual nº 35.857, de 14/07/04, que possibilitou a execução de um conjunto de ações preventivas, assistenciais e recuperativas, com a participação de Segmentos Organizados da Sociedade (SOS), com a finalidade de evitar e minimizar prejuízos sociais e econômicos à população vitimada por desastre. Na época, a SEDEC/RJ tornou pública, no Boletim da SEDEC/CBMERJ nº 014, de 23 de janeiro de 2006 – Nota SUSOP/CGPPO 041/2006, em que se dá a criação e implantação do SECAP, e a designação do Maj BM

Marcello Silva da Costa (quem elaborou o Projeto), para exercer a função de Gerente do Projeto e Coordenador Geral do SECAP. Em 21 de abril de 2006, o Major BM Silva Costa foi promovido ao posto de Tenente-Coronel BM, continuando na Coordenação Geral do SECAP.

Com o alvo primário de levar uma palavra de conforto e oferecer assistências psicológica, social, jurídica, espiritual e de saúde pública às vítimas de desastres, a SEDEC/RJ disponibilizou para a sociedade um serviço voluntário para o atendimento integrado em parceria com Segmentos Organizados da Sociedade.

Pela primeira vez na história do Estado do Rio de Janeiro, a SEDEC/RJ apresenta um projeto envolvendo Instituições Eclesiásticas (Católicas e Protestantes), a Cruz Vermelha Brasileira e Clubes de Serviço (Lions, Rotary Club, etc.) para prestar um serviço à população afetada por desastre visando trazer alívio ao afetado, principiar a restauração socioeconômica e possibilitar a reinclusão do cidadão na sociedade, sob a perspectiva de retorno ao período de normalidade.

A Capelania Pós-Desastre consistiu, basicamente, num sistema de atendimento que busca prestar à comunidade um serviço profissional de aconselhamento e oferta gratuita de mão de obra, em especial nas horas de crise, visando amparar e proteger a vítima no pós-desastre, orientando-a até seu reencontro com o período de normalidade.

Nesse sentido, o SECAP representou para o afetado por desastre um oásis em meio à aridez dos acontecimentos trágicos vividos por ele.

Promover o retorno à normalidade do cidadão em seu ecossistema, por intermédio da Prestação de Serviço Voluntário, com base na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/1998, foi uma das estratégias adotadas pelo governo para garantir o sucesso deste projeto.

A Capelania Pós-Desastre tornou-se importante ferramenta na política de integração com as Instituições Públicas Não-Governamentais para Redução de Desastres Humanos de Natureza Social no Estado do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 2007, com a Nova Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Defesa Civil Estadual e o Corpo de Bombeiros Militar (SUBSEDEC/CBMERJ) sofreram mudanças em sua Estrutura Organizacional, Política e de Gestão, que resultou na interrupção do SECAP (projeto). Em março de 2007, de forma independente do governo estadual e a convite do Sr. João Ariel Blanco Ferreira, Presidente da Associação de Voluntários de Duque de Caxias – AVADUC (que conta com a

participação de mais de 1.500 voluntários credenciados), o Ten-Cel BM Silva Costa elaborou um novo projeto para o SECAP, sendo este implementado na Base de Voluntariado do Processo APELL, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

No período de março de 2007 a novembro de 2008, o Serviço de Capelania Pós-Desastre realizou 4 Seminários de Divulgação e Adesão ao Serviço, como também promoveu a Capacitação e Treinamento dos adidos para atuação em Emergências e Desastres, e, até 30/11/08, contou com um rol de 356 voluntários cristãos.

No dia 5 de dezembro de 2008, foi criado o **Serviço Nacional de Capelania Pós-Desastre** (SENCAP), como uma Associação Cristã Sem Fins Lucrativos.

O SENCAP tem o objetivo geral de promover a orientação, capacitação e treinamento de capelas, missionários e voluntários, brasileiros ou estrangeiros, para participação nas ações de Prevenção de Desastres, de Preparação para Emergências e Desastres e de Resposta aos Desastres (na Assistência de População Vitimada) em todo o território nacional.

No dia 16 de março de 2010, quando este autor assumiu a função de Diretor do Centro de Treinamento para Emergências (CETREM), da Subsecretaria Municipal de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro, criou, no dia 4 de maio de 2010, o Núcleo Comunitário de Defesa Civil para o Serviço de Capelania Pós-Desastre (NUDEC/SECAP-Rio). Em 2011, o SECAP-Rio contava com a adesão de 257 voluntários cristãos cadastrados. No dia 2 de janeiro de 2013, este autor assumiu a função de Secretário Municipal de Defesa Civil, da Prefeitura da Cidade de Duque de Caxias, criando, no dia 1º de março de 2013, o Núcleo Comunitário de Defesa Civil para o Serviço de Capelania Pós-Desastre (NUDEC/SECAP-DC). Em 21 de abril de 2014, o Tenente-Coronel BM Silva Costa foi promovido ao posto de Coronel BM, continuando à frente da SEMDEC/Duque de Caxias. Em abril de 2015, o SECAP-DC passou a contar com a adesão de 345 voluntários cristãos cadastrados na Rede Municipal de Servidores, Voluntários e Amigos da Comunidade (Rede SVAC), que possui 3.200 pessoas cadastradas.

## A inspiração

O Serviço de Capelania Pós-Desastre foi inspirado na Associação dos Homens Batista do Texas (Texas Baptist Men), uma instituição americana, não governamental, que presta serviço voluntário na emergência, com o objetivo principal de trazer alívio (*disaster relief*) às vítimas de desastre. A

missão do Texas Baptist Men é apoiar Igrejas Batista no Texas e demonstrar como conduzir os homens em “Amor” a um relacionamento com Jesus Cristo, que os vai impulsionando, junto com suas famílias, a um estilo de vida e ministério de missões que atende à Grande Comissão. O Texas Baptist Men é uma organização sem fins lucrativos.

## O voluntariado cristão na emergência

Acredita-se que a primeira forma de voluntariado no Brasil surgiu em 1543, quando foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, com as atividades sendo conduzidas por padres e freiras. Desde a época da colonização, atividades voluntárias são realizadas em solos brasileiros. O que mudou, ao longo do tempo, foi o entendimento sobre o papel do voluntário, passando a constituir-se no que é hoje: **uma atitude cívica de consciência social e solidariedade.**

Na segunda metade do século XIX, para conter a disseminação de doenças contagiosas, educandários, asilos e hospícios foram criados e destinados à assistência social dos necessitados. O forte caráter assistencialista e filantrópico foi estimulado, principalmente, pela população mais favorecida, que deu o tom das atividades voluntárias. Em 1863, é criada a Cruz Vermelha, que chega ao Brasil em 1908. A partir daí, novas formas de voluntariado foram surgindo no país, como o Escotismo, a criação da Legião da Boa Vontade (LBV) e da Pastoral da Criança, o surgimento do Centro de Valorização da Vida (CVV) e de diversas ONGs.

A partir de 1990, formas mais modernas de atuação social começam a aparecer pelo Brasil, onde entidades do *Terceiro Setor* (entidades sem fins lucrativos e não-governamentais) passam a incorporar conceitos, filosofias e procedimentos vindos do *Segundo Setor* (entidades privadas), buscando parcerias, mas sem perder a identidade e a missão.

Instituído pela Lei Federal de nº 7.352, de 28 de agosto de 1985, o *Dia Nacional do Voluntariado* busca reconhecer e destacar o trabalho das pessoas que doam tempo, trabalho e talento, de maneira voluntária, para causas de interesse social e para o bem da comunidade. Para se adequar às exigências desse voluntariado moderno, em 1995, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso,<sup>1</sup> cria o Conselho da

---

1. Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931) é sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi o trigésimo quarto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Foi também o primeiro presidente reeleito da história do país.

Comunidade Solidária. No ano seguinte, o Conselho se une à “Fundação ABRINQ”,<sup>2</sup> criando o *Programa de Estímulo ao Trabalho Voluntário no Brasil*, para promover o conceito e a prática da cidadania no país, oferecendo canais organizados para ação voluntária, por meio da criação de núcleos de voluntários em grandes cidades do país, os chamados Centros de Voluntários.

Em 1998, institui-se a *Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro*, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências (BRASIL, 1998). Em 2000, é lançado o *Portal do Voluntário*,<sup>3</sup> fruto de uma parceria entre o Programa Voluntários da Comunidade Solidária, Globo.com e TV Globo. Essa ferramenta visa promover uma nova cultura de trabalho voluntário no Brasil. O Portal busca resgatar e destacar as experiências dos que já atuam em causas voluntárias e oferecer conhecimentos, oportunidades e alternativas para os que desejam começar.

Veja como o *Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres* classifica o voluntário, quando começamos a aprofundar o assunto:

**VOLUNTÁRIO** – Pessoa que, sem vínculo institucional, colabora espontaneamente, executando tarefas específicas em situações de emergência. Deve ser selecionada em função de sua capacidade física e mental e de conhecimentos específicos. Em seguida, deve ser treinada, adestrada e habilitada por autoridade competente (CASTRO, 2000, p. 187).

**GRUPO DE VOLUNTÁRIOS** – Formação espontânea ou programada de grupos de pessoas de uma comunidade, com o objetivo de realizar trabalhos de interesse da defesa civil, como: realização de campanhas, assistência, coleta de donativos e prestação de socorro nos desastres (IDEM, p. 87).

## Como saber se tenho perfil para o trabalho voluntário?

Alguns indícios:

- ◆ É bom filho?
- ◆ Tem tempo?

---

2. Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), instituição sem fins lucrativos, foi criada em 1990 – ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.

3. Portal do Voluntário, lançado em 5 de dezembro de 2000, surgiu como plataforma de continuidade do Programa Voluntários, da Comunidade Solidária. Criado em parceria com a Rede Globo, a Globo.com e a IBM Brasil, o Portal agora é V2V Brasil e usa a ferramenta de gestão de voluntariado corporativo em diversas empresas.



- ◆ Alguém está te esperando em casa?
- ◆ Sabe fazer bem alguma coisa?
- ◆ Já trabalhou de graça?

É necessário que cada pessoa faça uma autoavaliação de suas condições atuais para decidir se pode assumir compromisso para prestar um serviço voluntário.

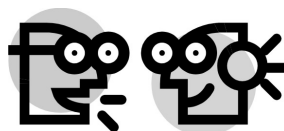
## Como participar do serviço voluntário de Capelania?

A pessoa que deseja prestar serviço voluntário, após receber os esclarecimentos necessários sobre o Serviço Nacional de Capelania Pós-Desastre, para ser *admitida*, é convidada a celebrar o TERMO DE ADESÃO, em que essa pessoa manifesta, *formalmente*, sua voluntariedade e disponibilidade para ser mobilizada e empregada pela instituição gestora do serviço, nos períodos de anormalidade, de acordo com a legislação vigente.

## Quem são os atores no serviço voluntário de Capelania?

Há três tipos de atores na Capelania:

- ◆ Voluntário
- ◆ Missionário
- ◆ Funcionário



## A empregabilidade dos recursos humanos no serviço voluntário

Nº	Tipo	Características
1.	<b>Voluntário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participante de uma Equipe Executora.</li> <li>• <i>Não</i> remunerado.</li> <li>• Atende à convocação <i>somente quando puder</i>.</li> <li>• Profissional, responsável e comprometido com a execução.</li> <li>• Assina o Termo de Adesão.</li> </ul>
2.	<b>Prestador de Serviço Voluntário</b> (Missionário)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Membro</i> de uma Equipe Gestora de Trabalho.</li> <li>• <i>Não</i> remunerado.</li> <li>• Tem compromisso com a Agenda e Rotina do Serviço ou Trabalho Voluntário.</li> <li>• Tem o <i>dever de atender às convocações</i>.</li> <li>• Profissional, responsável e comprometido com a Gestão.</li> <li>• Assina o Termo de Adesão.</li> </ul>

<p>3. <b>Prestador de Serviço</b> (Funcionário)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Membro</i> de uma Equipe Gestora ou Executora.</li> <li>• Remunerado.</li> <li>• Tem <i>horário regimental</i> e compromisso com a Agenda e Rotina do Serviço ou do Trabalho Voluntário.</li> <li>• Tem o <i>dever de atender às convocações</i>.</li> <li>• Profissional, responsável e comprometido com o Serviço.</li> <li>• Assina um Contrato de Prestação de Serviço ou a Carteira de Trabalho e Previdência Social.</li> </ul>
---	---

### As peculiaridades da arregimentação dos recursos humanos para o serviço voluntário de Capelania

Temos de arregimentar pessoas para o serviço voluntário com muita clareza e tranquilidade. *Nem todos que estão ou atuam no serviço eclesial são (ou podem ser) voluntários.* O fato de trabalhar *sem* receber salário (oferecer mão de obra *não* remunerada), ainda NÃO é o suficiente para ser enquadrado como voluntário. O *Membro da Equipe (ou Missionário)* de uma Igreja ou Agência Missionária atua na qualidade de um *Prestador de Serviço*. Ele pode trabalhar na condição de *voluntário* ou de *contratado* (funcionário).

O Prestador de Serviço:

**VOLUNTÁRIO:** *não* remunerado, *não* depende de recursos de qualquer natureza para que possa realizar seu trabalho. NÃO tem vínculo empregatício *nem* funcional. Ex: Líder do Ministério de Jovens, Missionário de tempo *parcial*.

**FUNCIONÁRIO:** remunerado, depende de recursos para realizar seu trabalho. Normalmente, admitido com a Assinatura da Carteira de Trabalho. Tem vínculo empregatício e funcional. Ex: Pastor Titular, Missionário de tempo *integral*.<sup>4</sup>

O Prestador de Serviço Voluntário, que é Membro da Equipe, *tem todos os direitos e deveres* (responsabilidade profissional, moral e legal) de um funcionário qualquer (*com exceção das questões remuneratórias, trabalhistas, previdenciárias e afins*) perante a instituição ou a agência que firmou o acordo.

4. Pode haver *exceções*. Nem todos os Missionários de tempo integral são remunerados.

**Importante:** O voluntário NÃO PODE depender de nenhum recurso da Igreja ou da Agência (transporte, lanche, água, etc.) para que possa prestar seu serviço.

Exemplo:

**A:** Irmão, o Ministério vai visitar um Orfanato. Você vai?

**B:** Claro, meu irmão! A Igreja vai pagar a passagem de ônibus?

**A:** Não. Vamos com o nosso dinheiro mesmo.

**B:** Como assim? Com o nosso dinheiro?! Ah, não! Mas isso não é um trabalho da Igreja?

**A:** É..., é da Igreja.

**B:** Então?! A Igreja deve bancar tudo isso. Se a Igreja quer que a gente trabalhe, ela tem que dar as condições. Irmão, quem trabalha de graça é relógio!

**Importante:** A Igreja NÃO fica impedida de (quando quiser) custear as despesas de um voluntário, caso tenha recursos para fazê-lo. Ela só *não* é obrigada a fazê-lo.

**Importante:** O voluntário (que NÃO é o Missionário) PODE deixar de atender a qualquer convocação para trabalho.

## Na emergência

Na emergência, *não recrutamos voluntários!*

O voluntário tem um período certo para ser encontrado. Dedicamos o Período de Normalidade para recrutá-lo. Durante o período de anormalidade (emergência) só devemos trabalhar com voluntários credenciados ou já conhecidos da Equipe Gestora.

Para que um voluntário possa prestar bem, *e com segurança*, seu serviço de ajudar a salvar uma vida, antes, ele deve ter sido **avaliado, treinado e autorizado** pela equipe gestora, devendo executar suas tarefas, disciplinada e harmonicamente, ao lado de toda a equipe de trabalho.

Portanto, o Serviço Voluntário *não é lugar para amadores!*

Lembrando que:

◆ O serviço voluntário deve ser executado sob um Sistema de **COMANDO!**

Durante todo o tempo, o voluntário *aprende, vê e executa* tarefas direcionadas. Ele tem clareza de que está *sob autoridade* e que *tem limitações* dentro de uma missão.

Ele é tratado *sempre* com **cordialidade** e **respeito**, mas **nunca** com tratamento muito diferenciado do recebido pelos participantes da Equipe, ou seja, com “mimo”.

**Importante:** Quando atuarmos em parceria com outras instituições ou agências, utilizaremos a Estratégia da Coordenação, pois passamos a ter a responsabilidade de integrar e de somar esforços (recursos humanos, materiais e financeiros). Para isto, normalmente, utilizamos o modelo do ICS (Incident Command System).

## O voluntariado na Igreja

Na Igreja, *temos que procurar voluntários!*

- PASTORES
- PADRES
- PRESBÍTEROS
- DIÁCONOS
- OBREIROS
- LÍDERES
- MISSIONÁRIOS
- FREIRAS
- MEMBROS



**Podem NÃO  
ser voluntários!**

**Mas, sim,  
Prestadores de  
Serviço  
(voluntário ou  
não)**

A Igreja é composta por pessoas prestadoras de serviço voluntário ou não.

A Igreja (liderança) pode ter visão e missão de serviço voluntário. Mas pode *não* conseguir reunir pessoas voluntárias para prestar um serviço digno do Reino de Deus para a sociedade.

Precisamos trabalhar, capacitar, treinar e procurar os voluntários cristãos (escolhidos de Deus) para que estes, sob a confiança de seu líder, possam ser experimentados e provados e terem a chance de encontrar a

aprovação do próprio Deus (no serviço de amor ao próximo) pelos bons resultados e/ou bons frutos que suas obras trarão à sociedade.

## Cuidado com quem você arregimenta!

Ah! Eu só trabalho se ...

- ◆ eu for o Líder.
- ◆ for na Equipe Principal.
- ◆ tiver um Cargo.
- ◆ o Pastor/Padre/Presidente mandar.
- ◆ pagarem as minhas despesas.
- ◆ tiver alguém me olhando.
- ◆ quem estiver na liderança for mais competente que eu.



A experiência extraída com pessoas que se apresentaram para o trabalho voluntário com esse tipo de pensamento ou comportamento foi a *pior possível*. Pois, ao término de cada missão, a liderança colheu como resultado:

- ◆ desagregação na equipe e no trabalho;
- ◆ desobediência;
- ◆ crises na liderança;
- ◆ retardo nas tarefas ou serviços *não* acabados;
- ◆ prejuízos econômicos e sociais;
- ◆ danos materiais;
- ◆ abuso de autoridade;
- ◆ desmotivação e tristeza;
- ◆ decepção com o serviço voluntário.

**Importante:** “Procurai, com zelo, os melhores dons” 1Co 12:31 (ALMEIDA, 1999).

## Quem são estes voluntários?



### SERVIÇO NACIONAL DE CAPELANIA PÓS-DESASTRE

**VOLUNTÁRIO:** É um *cristão profissional* idôneo, treinado e habilitado, que *espontaneamente* presta serviço *não*

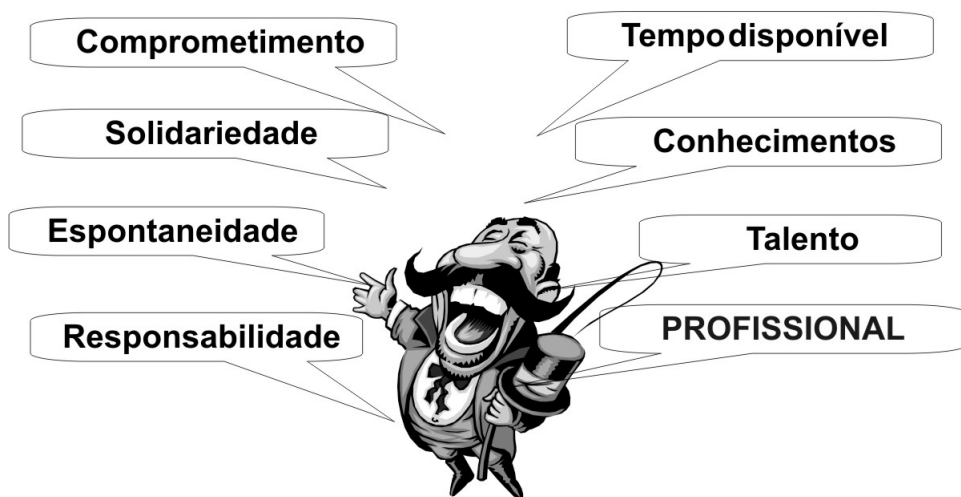
remunerado, dedicando parte de seu tempo disponível às necessidades de uma causa ou de uma comunidade vitimada por desastre; comprometendo-se a dispor de seus conhecimentos e talentos, de forma solidária, desinteressada e responsável, a fim de exercer ações humanitárias destinadas a evitar desastre e/ou trazer alívio à vítima de desastre.

### PARA O SENCAP, O VOLUNTÁRIO NA IGREJA É:



É um cristão *profissional* idôneo, treinado e habilitado, que, *espontaneamente* ou *convidado*, presta serviço não remunerado, dedicando parte de seu tempo disponível às necessidades de uma causa ou da igreja; *comprometendo-se* a dispor de seus conhecimentos e talentos, de forma *solidária*, *desinteressada* e *responsável*, a fim de *ajudar pessoas*, *alcançar os objetivos* propostos pelo ministério e *promover a expansão* do Reino de Deus.

## PERFIL DO VOLUNTÁRIO



Para ter esse serviço na sua comunidade, é preciso:

- I. Organize um Ministério de Socorros/Núcleo do Serviço de Capelania Pós-Desastre na sua igreja/comunidade.
- II. Una-se em parceria com a Agência de Defesa Civil do seu Município.
- III. Vamos iniciar juntos um Programa de Preparação para Emergência e Desastre (PPED).

Para começar:

- I. Voluntarie-se ao Ministério de Socorros.
- II. Participe do Seminário SECAP – Tema: Serviço de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em Favor das Vítimas de Desastres.
- III. Inscreva-se como voluntário.

Para mais informações, visite nosso site: [www.duquedecaxias.rj.gov.br](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br) Link: Defesa Civil/Rede de Voluntários.

No período de normalidade, a equipe de Capelania Pós-Desastre realiza atividades de prevenção de desastre e de preparação para emergências e desastres. Portanto, antes de sair para o campo de ações, o gestor capelão deve realizar as seguintes tarefas:

- ◆ Definir e delimitar as áreas para atuação e serviços.
- ◆ Selecionar e capacitar lideranças.
- ◆ Participar de reuniões de planejamento com os órgãos setoriais.
- ◆ Participar e conhecer os planos (Exercícios Simulados<sup>5</sup> e Simulacros<sup>6</sup>).

Na *normalidade*, a Capelania Pós-Desastre pode se organizar para prestar serviço de(em):

- 
5. Exercício de mobilização preventiva diante dos desastre que implica uma simulação, a mais realista possível, de um desastre provável, durante o qual são testadas as normas, os procedimentos, o grau de adestramento das equipes, o planejamento e outros dados que permitam o aperfeiçoamento do processo.
  6. É uma representação (um cenário próximo do real), um simulado de situações e de ações que visa manipular o comportamento de seres humanos, a fim de dotar os participantes de ferramentas que os ajudem a destrinçar as condutas desejáveis dos comportamentos perigosos.

- ◆ orientação e assistência à família em situação de risco social;
- ◆ assistência psicológica (em alguns casos);
- ◆ cadastramento de famílias em áreas de risco;
- ◆ visitação a abrigos e hospitais;
- ◆ projetos sociais e de saúde pública;
- ◆ capacitação e treinamento de voluntários;
- ◆ proteção comunitária e defesa do meio ambiente;
- ◆ campanha de vacinação (aplicação de soro e/ou vacina);
- ◆ campanha de combate a vetores biológicos;
- ◆ assistência espiritual;
- ◆ oficinas de leitura;
- ◆ creche e escolas públicas;
- ◆ campanha de assistência ao portador de necessidades especiais;
- ◆ posto de hidratação e purificação da água;
- ◆ campanha de assistência ao idoso;
- ◆ campanha contra drogas;
- ◆ mapeamento das áreas de risco.

O Serviço de Capelania Pós-Desastre deve buscar oportunidades, no período de normalidade, para *participar de eventos de baixa complexidade* junto à Agência Municipal de Defesa Civil da região, a fim de otimizar as relações institucionais e fortalecer os laços de integração para o momento da emergência.

### **O que um voluntário não pode fazer no desastre?**

Trabalhar *sem autorização e/ou descoordenado* dos Órgãos Governamentais na RESPOSTA AOS DESASTRES.



## PORTANTO, EU NÃO DEVO:

- Ser AMADOR;
- Voluntariar-me SEM estar preparado e comprometido com a causa;
- Trabalhar sozinho;
- Trabalhar com fins ou interesses particulares e/ou políticos partidários;
- Estabelecer alianças, firmar acordos ou promessas SEM ter autoridade ou estar credenciado para isso;
- Colocar em RISCO o SUCESSO DA MISSÃO.

### O que o Serviço de Capelania pode fazer no desastre?

No desastre, a Capelania pode se organizar para prestar serviço de:

- ◆ informação e assistência à família da vítima de desastre;
- ◆ assistência funeral;
- ◆ assistência psicológica (em alguns casos);
- ◆ achados e perdidos;
- ◆ cadastramento de famílias vitimadas por desastre;
- ◆ assistência em abrigos temporários;
- ◆ atendimento médico de campanha e triagem social;
- ◆ recolhimento e distribuição de gêneros;
- ◆ campanha para recolhimento de donativos;
- ◆ campanha de vacinação (aplicação de soro e/ou vacina);
- ◆ assistência espiritual;
- ◆ higienização de residências;

- ◆ posto de alimentação para adultos e crianças;
- ◆ assistência ao portador de necessidades especiais vítima de desastre;
- ◆ posto de hidratação e purificação da água;
- ◆ assistência ao idoso vítima de desastre.

## Conclusão

A Igreja é um importante Segmento Organizado da Sociedade (Instituição Pública), que apoia o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e tem a competência de estimular e fortalecer a prestação de serviço voluntário nos diversos setores da sociedade, a começar por sua própria entidade.

O Serviço de Capelania *encontra forte amparo na legislação nacional* para sua participação nas ações de prevenção de desastres, de preparação para emergências e desastre (período de Normalidade) e de resposta às emergências e desastres (período de Anormalidade), nas ações de assistência à população vitimada por desastre. Esse amparo é, inicialmente, sustentado pelo item VI do Artigo 4º da *Lei Federal nº 12.608, de 10/04/2012* – que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC [...], e dá outras providências.

## Referências bibliográficas

ACEH. Associação de Capelania Evangélica Hospitalar. **O que é capelania?** São Paulo: ACEH, 2008. Disponível em: <[http://www.capelania.com/2008/index.php?option=com\\_content&view=article&id=60&Itemid=82](http://www.capelania.com/2008/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=82)>. Acesso em: 15 mMaio. 2009.

ALMEIDA, João J. Ferreira F. de. **Bíblia de Estudo de Genebra**:. Antigo e Novo Testamento. São Paulo e /Barueri, : Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.608**, de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm)>. Acesso em: 09 Mai. maio 2009.

CASTRO, A. L. C. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 5 ed. Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2000. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157)>. Acesso em: 20 maio. 2015.

LISBOA, CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. **Código de Direito Canônico**. Editorial Apostolado da Oração: Versão Portuguesa., 4.<sup>a</sup> eEdição . rRevista, . Braga,

1983. Promulgado por S.S. O Papa João Paulo II. ISBN 978-972-39-0098-9; Dep. Legal nº 74.071/95. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf)>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.

ESABI. Escola Superior de Apologia da Teologia Bíblica. **O que é capelania?** Belo Horizonte: ESABI, s/d. Disponível em: <[http://www.esabi.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=20&Itemid=6](http://www.esabi.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=6)>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.

TEXAS BAPTIST MEN. **Sobre o TBM.** Dallas: TBM, s/d. Disponível em: <<http://www.texasbaptistmen.org/DNN>>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.